

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	3
5.3 - Descrição - Controles Internos	5
5.4 - Programa de Integridade	7
5.5 - Alterações significativas	9
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	10

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	11
10.2 - Resultado operacional e financeiro	24
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	25
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	26
10.5 - Políticas contábeis críticas	29
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	31
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	32
10.8 - Plano de Negócios	33
10.9 - Outros fatores com influência relevante	34

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

5.1 Em relação aos itens indicados no item 4.1 informar:

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

A Companhia possui uma nova política de gerenciamento de riscos publicada em 31/03/2017, aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho Administrativo que está em linha com as normas e políticas adotadas na empresa. A estratégia de gestão de riscos observada pela controladora indireta e pela Companhia tem como objetivo prover uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tal, avalia não apenas o impacto das taxas de juros, taxas de câmbio, preços de produtos e insumos e outros custos sobre os resultados do negócio (riscos de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a empresa (risco de crédito) e aqueles inerentes aos processos operacionais.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

i e ii. Os riscos para os quais se busca proteção

Risco do aumento de combustível

A fim de mitigar o risco de aumento de preço de combustível a Companhia utiliza instrumentos contratuais que permitem o repasse do aumento do combustível para seus clientes. Ainda assim, estão disponíveis no mercado futuro instrumentos que também permitem a mitigação deste risco e a Companhia estuda a utilização dos mesmos.

No que tange à segurança do transporte e dos produtos transportados, a Companhia se protege com investimentos de remodelação da via, equipamentos de detecção de falhas, bem como um Centro de Controle Operacional com tecnologia avançada com vistas ao gerenciamento do transporte.

Risco de crédito

Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de clientes, a empresa e suas controladas adotam uma gestão conservadora na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosas dos indicadores financeiros extraídos das demonstrações financeiras dos clientes como também da consulta de agências de proteção de crédito e risco. A empresa efetua a gestão do limite de crédito consumido para cada cliente como também adota uma política de cobrança agressiva com ações imediatas para cada nível de atraso de pagamento.

Risco de demanda pelos produtos transportados

O risco de demanda pelos produtos transportados está sendo mitigado por meio da melhoria na qualidade e do aumento do parque de equipamentos (locomotivas e vagões) existente na Companhia, bem como pelo aprimoramento dos sistemas que apoiam a sua gestão. Além disso, a companhia utiliza instrumentos contratuais que garantam sua demanda ou receita relativa à demanda dos produtos a serem transportados. Cabe ressaltar, que como concessionária pública a companhia é obrigada a transportar o volume informado por seus usuários que se autodeclararam como usuários dependentes e para se autodeclarar usuário dependente os clientes assinam contrato de longo prazo que garanta o volume ou a receita.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos**iii. Estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

A Companhia dispõe de uma estrutura organizacional própria de controle de gerenciamento de riscos. A política e as normas de gestão de riscos, que complementam os normativos de governança corporativa de gestão de riscos adotados pela empresa é que determinam a diversificação de operações e a proibição de operações com derivativos de caráter especulativo. O Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos que forem apresentadas e recomendadas pela Diretoria Executiva da empresa. A recomendação e a execução das operações de mitigação de riscos serão efetuadas, quando necessário, pela área responsável pela função de risco.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não vê necessidade de alteração da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**5.2 Em relação aos riscos de mercado indicados no item 4.2, informar:**

a. Se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos de mercado, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política.

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos em linha com as normas e políticas adotadas na empresa. A estratégia de gestão de riscos observada pela controladora indireta e pela Companhia tem como objetivo prover uma visão integrada dos riscos aos quais está exposta. Para tal, avalia não apenas o impacto das taxas de juros, taxas de câmbio, preços de produtos e insumos e outros custos sobre os resultados do negócio (riscos de mercado), como também o risco proveniente de obrigações assumidas por terceiros para com a empresa (risco de crédito) e aqueles inerentes aos processos operacionais.

b. Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos de mercado, quando houver, incluindo:

i. Os riscos de mercado para os quais se busca proteção

Risco de aumento do custo de combustível

A fim de mitigar o risco de aumento de preço de combustível a Companhia utiliza instrumentos contratuais que permitem o repasse do aumento do combustível para seus clientes. Ainda assim, estão disponíveis no mercado instrumentos que também permitem a mitigação deste risco e a Companhia estuda a utilização dos mesmos.

Risco de crédito

Para minimizar as possíveis perdas com inadimplência de clientes, a empresa e suas controladas adotam uma gestão conservadora na concessão de crédito, consistindo em análises criteriosa dos indicadores financeiros extraídos das demonstrações financeiras dos clientes como também da consulta de agências de proteção de crédito e risco. A empresa efetua a gestão do limite de crédito consumido para cada cliente como também adota uma política de cobrança agressiva com ações imediatas para cada nível de atraso de pagamento.

Risco de demanda pelos produtos transportados

O risco de demanda pelos produtos transportados está sendo mitigado por meio da melhoria na qualidade e do aumento do parque de equipamentos (locomotivas e vagões) existente na Companhia, bem como pelo aprimoramento dos sistemas que apoiam a sua gestão. Além disso, a companhia utiliza instrumentos contratuais que garantam sua demanda ou receita relativa à demanda dos produtos a serem transportados. Cabe ressaltar, que como concessionária pública a companhia é obrigada a transportar o volume informado por seus usuários que se autodeclararam como usuários dependentes e para se autodeclarar usuário dependente os clientes assinam contrato de longo prazo que garanta o volume ou a receita.

ii. Estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A gestão integrada de riscos da empresa e de suas controladas busca avaliar os diversos fatores de risco de mercado e o impacto que tais eventos trariam para o fluxo de caixa da Companhia. Qualquer estratégia de mitigação de risco, quando necessária, deverá ser aprovada conforme Governança interna, com o objetivo de contribuir de forma significativa para a redução da volatilidade do fluxo de caixa para os níveis desejados.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**iii. Instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**

Além da política de concessão de crédito adotada, da celebração de contratos de longo prazo para o fornecimento de combustível, do investimento constante na melhoria da qualidade e expansão de nossos equipamentos e derivativos a Companhia não utiliza atualmente outros instrumentos de proteção patrimonial.

iv. Parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

A política de gestão de risco corporativo determina que a Companhia avalie regularmente o risco associado ao seu fluxo de caixa, bem como propostas de mitigação de risco. Conforme já destacado, estas, quando necessárias, serão executadas com o objetivo de reduzir os riscos com relação ao cumprimento dos compromissos assumidos, tanto com terceiros, quanto com seus acionistas.

v. Se a Companhia opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

A Companhia não pretende operar instrumentos financeiros com outros objetivos que não a proteção patrimonial (hedge).

vi. Estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

A Companhia dispõe de uma estrutura organizacional própria de controle de gerenciamento de riscos. A política e as normas de gestão de riscos, que complementam os normativos de governança corporativa de gestão de riscos adotados pela empresa é que determinam a diversificação de operações e a proibição de operações com derivativos de caráter especulativo. O Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos que forem apresentadas e recomendadas pela Diretoria Executiva da empresa. A recomendação e a execução das operações de mitigação de riscos serão efetuadas, quando necessário, pela área responsável pela função de risco.

c. a adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia não vê necessidade de alteração da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada.

5.3. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de
5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

a) As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Administração do Emissor realiza avaliação, testes e monitoramento dos controles internos apresentados nos processos operacionais, estratégicos e de impacto nas demonstrações financeiras.

A partir do Mapeamento dos Processos da Companhia, são verificados os eventos de riscos associados para identificar possíveis interferências no alcance dos objetivos dos processos. Após tal identificação, verifica-se os controles praticados para mitigação dos riscos. Quando não identificado o controle, as recomendações fortalecem a necessidade de sua criação com recomendações e acompanhamentos por Plano de Ação. Na existência de controles, estes são testados e monitorados e, havendo possibilidade de melhoria, são recomendadas ações a serem praticadas pelas áreas e acompanhadas pela equipe de Riscos e Controles Internos e, também, pela Diretoria a partir do acompanhamento da performance.

Os Controles Internos praticados são: controles operacionais e sistêmicos, para acompanhamento da produção e da qualidade da produção; controles financeiros para garantir o fluxo de caixa e liquidez da Companhia; controles corporativos com vistas a garantir a performance planejada entre outros mecanismos com objetivo de mitigar os riscos que afetam a capacidade de a empresa elaborar, processar e divulgar informações relevantes nas demonstrações financeiras.

b) As estruturas organizacionais envolvidas

A Companhia dispõe de uma estrutura organizacional própria de Gerenciamento de Riscos e Controles Internos. O Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos, implantação e/ou melhoria de controles que forem apresentadas e recomendadas pela Diretoria Executiva da VLI S/A. A área de Riscos e Controles Internos realiza a avaliação dos processos, identificando os controles existentes. Estes controles são avaliados quanto a sua eficácia e aderência e, quando necessário, são recomendadas ações, estratégias, para melhoria de processos, que são executadas pelas áreas e acompanhadas pelo Controle Interno. Além disto, a VLI S/A possui em sua estrutura uma área de controladoria atuante nos controles voltados para as demonstrações financeiras.

Um canal de Ouvidoria e *Compliance*, cujo principal objetivo é apurar as denúncias e manter a consonância das atividades da empresa com a legislação vigente, complementam essa estrutura.

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A área de Riscos e Controles Internos realiza a avaliação dos controles. Estas avaliações são refletidas em relatórios apontando a eficácia e aderência dos controles e sempre que cabível, são recomendadas ações de melhoria. Conselho Administrativo e o Comitê Fiscal e de Auditoria são responsáveis pelas avaliações e aprovações das estratégias de mitigação de riscos (recomendações), implantação e/ou melhoria de controles que forem apresentadas e recomendadas pela Diretoria Executiva da VLI S/A.

O acompanhamento e diligenciamento das ações relacionadas aos trabalhos de Riscos e Controles internos é realizado em reuniões mensais da Diretoria Executiva e Conselho Administrativo, conforme agenda.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:

Não foram apresentadas pelos auditores independentes, em seu relatório de recomendações significativas acerca da eficácia dos controles internos adotados pelo Emissor.

e) comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

No encerramento do exercício, tomando por base testes executados pela Administração durante todo o período, não foram identificadas deficiências relevantes na execução dos controles.

As possíveis falhas quando identificadas são corrigidas por meio da aplicação de planos de ação com o objetivo de garantir sua correta execução no encerramento do exercício.

A metodologia de mapeamento de processos e avaliação de riscos utilizadas pela Companhia são adequadas para assegurar a eficiência e confiabilidade de seus controles interno.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

5.4. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a) se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

A reputação e imagem positivas da FCA são um patrimônio de seus acionistas, administradores e empregados. Mais do que isso, são um resultado direto do comportamento e do compromisso da equipe. Todos devem estar comprometidos com a honestidade, confiança e respeito pelos outros, e são responsáveis pela disseminação e prática desses princípios. Neste sentido, atitude certa para resolver, respeito às pessoas sempre e tolerância zero contra a corrupção representam os pilares da cultura ética da companhia.

O Código de Conduta Ética reflete um conjunto de valores que buscam assegurar credibilidade e preservar a imagem da empresa, no curto e longo prazo, junto aos mercados em que atua regularmente e se aplica a toda FCA: diretores, empregados e abrange também terceiros, tais como fornecedores e prestadores de serviços.

Anualmente os empregados passam por uma reciclagem no Código de Conduta Ética, renovando seu compromisso com o mesmo.

Em caso de descumprimento, os empregados estarão sujeitos à ações disciplinares, tais como advertência (verbal ou formal), suspensão, demissão ou destituição. Seguindo as normas do RH e as legislações específicas.

O Código de Conduta foi aprovado pelo Conselho de Administração da Controladora da FCA, VLI, em agosto de 2014 e passou por duas revisões até 2018. Ele fica disponível no sistema de documentos normativos da Companhia.

Visando garantir o cumprimento das cláusulas do Código de Conduta, foi desenvolvido o Código de Conduta do Fornecedor que é distribuído para todos os fornecedores e está disponível na página web institucional com penalidades previstas em caso de descumprimento. Ao firmar um contrato com o fornecedor a área de suprimentos analisa o cumprimento de condutas necessárias para prestação de serviços na FCA. Além disso, o fornecedor deve se comprometer com Ética e Conformidade através da cláusula anticorrupção incluída em seu contrato de prestação de serviço.

Além do Código de Conduta Ética, a empresa possui mais dois documentos que normatizam as regras de Ética e Conformidade: o documento Diretrizes de Ética e Conformidade e o documento Diretrizes de Patrocínios e Doações.

Todos passam por revisões bianuais. O primeiro discorre sobre os tópicos: corrupção e suborno; pagamentos facilitadores; relacionamento com fornecedores, representantes e demais terceiros; conflitos de interesses; cláusula anticorrupção; contribuições e campanhas políticas; lavagem de dinheiro; fusões e aquisições; relacionamento com o setor público, e; recebimento e oferecimento de refeição, viagem, hospedagem, entretenimento, evento, presentes e brindes. Já o segundo, detalha o procedimento para a realização dos patrocínios e doações pela Companhia.

A área de Ética e Conformidade foi criada em 2014 e está ligada à Diretoria de Consultoria Geral e Integridade. Os pilares que regem o programa de Ética e Conformidade são:

1. Assessment de riscos (bianual)
2. Comprometimento com a cultura de compliance
3. Supervisão e recursos para o compliance
4. Código de conduta ética, políticas e procedimentos
5. Atividades de due diligence
6. Controles internos e monitoramentos efetivos
7. Comunicação e programas de treinamento contínuos
8. Canal de denúncia, mecanismos de investigação e disciplinares

O Comitê de Ética e Conformidade é composto pelo Diretor Presidente, seus diretos e Diretores, em alguns casos, outros gerentes, bem como a área apuradora poderão ser convocados a participar. As reuniões são mensais e possuem as seguintes finalidades:

- I. Realizar aprovações pertinentes;
- II. Conhecer os relatos encaminhados ao Canal de Ética e Conformidade;
- III. Deliberar sobre relatos encaminhados ao Canal de Ética e Conformidade que tiverem os fatos confirmados.

b) se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

Baseado nos valores, o Canal de Ética tem como objetivo orientar a empresa e terceiros que agem em seu nome a agir de forma correta, respaldados pelos mais elevados padrões de integridade. Ele é gerido por uma empresa terceirizada e pode ser acessado por funcionários de todos os níveis hierárquicos de maneira anônima e protegida.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

O acesso ao canal pode ocorrer das seguintes maneiras: 1) via site institucional, intranet e telefones, inclusive secretária eletrônica, disponibilizados nos meios de comunicação 2) e-mail, 3) diretamente com a área de Ética e Conformidade. Número do Canal de Ética: 0800.721.0782 (atendimento de segunda a sábado, de 10h às 16h.). Caminho on-line: www.canaldeetica.com.br/vli (24 horas por dia, 7 dias por semana).

As denúncias recebidas via canal são apuradas pela área de Ética e Conformidade e, ao final, reportadas ao Comitê de Ética e conformidade.

c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

De acordo com a Diretriz de Ética e Conformidade, sempre que a FCA tiver a intenção de iniciar algum processo de reestruturação societária (fusões ou aquisições) ou joint venture ou participação em consórcios deverá ser realizada a Due Diligence prévia de verificação se a empresa alvo da incorporação cometeu algum desvio pertinente a legislação anticorrupção nacional e estrangeira (quando a empresa for multinacional).

Caso seja identificado qualquer envolvimento da empresa envolvida na reestruturação societária, o Comitê de Ética deverá deliberar sobre a continuidade ou não do processo de fusão ou aquisição.

d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Item não aplicável à FCA uma vez que a Companhia possui controles, procedimentos e políticas conforme respostas anteriores.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

5.5 Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos.

Não houve eventos que alterassem significativamente os principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta ou na política de gerenciamento de riscos adotada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

5.6. Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes estão nos itens anteriores.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2018 foi de crescimento para a Ferrovia Centro Atlântica S.A.. Mesmo diante de fatores externos com destaque para o evento da greve rodoviária, quebras de safra de milho na área de influência da companhia e redução da produção de açúcar, a FCA superou desafios e encerrou o ano de 2018 com EBITDA de R\$ 553 milhões (aumento de 47,5%), impulsionado pela maior eficiência operacional. Além disso, o projeto Complexo Mineral de Patrocínio completou o segundo ano de operação, com aumento de 68% de seu volume transportado na ferrovia em relação a 2017. Adicionalmente, o aumento da capacidade portuária nas áreas de influência da FCA, motivaram um ganho no volume de produtos agrícolas, principalmente soja, movimentados no porto.

Com o objetivo de suportar o crescimento previsto em seu plano de negócios, a Companhia investiu mais de R\$ 632 milhões na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos voltados para meio ambiente e saúde e segurança.

Para 2019, novos projetos estão planejados para continuidade do crescimento e manutenção de nossas operações.

b. Estrutura de capital

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, foi de R\$ 4,602 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 31 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, seu patrimônio líquido foi de R\$ 4,389 bilhões enquanto a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 73 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, foi de R\$ 4,381 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 49,2 milhões.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a administração da companhia acredita que todos os compromissos financeiros, se assumidos, serão honrados em seus devidos vencimentos.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas

A Companhia utilizou, nos três últimos exercícios sociais, recursos próprios gerados de suas atividades e também recursos de terceiros para executar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. A tabela abaixo apresenta as informações sobre o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

Em milhares de Reais

	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Recebimento pela venda de imobilizado	8.734	5.770	11.712
Compra de ativo imobilizado e intangível	(631.901)	(535.174)	(634.756)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(623.167)	(623.044)	(370.824)

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A administração da Companhia estima que os recursos próprios gerados de suas atividades serão suficientes para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. Caso haja necessidade de recursos adicionais no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia receberá aportes de valores de sua controladora VLI Multimodal S.A.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Não aplicável, uma vez que nos 3 (três) últimos exercícios sociais a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2018 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017****DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS****Em milhares de Reais**

	31/12/2018	AV%	31/12/2017	AV%	AH%
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	30.643	0,54	73.047	1,38	(58,05)
Contas a receber	191.583	3,40	202.975	3,82	(5,61)
Outros ativos financeiros	-	n/a	483	0,01	n/a
Estoques	146.054	2,59	77.653	1,46	88,09
Tributos a recuperar	182.321	3,24	38.441	0,72	374,29
Tributos antecipados sobre o lucro	-	n/a	11.271	0,21	n/a
Despesas pagas antecipadamente	20.455	0,36	20.725	0,39	(1,30)
Demais ativos	30.511	0,54	47.002	0,89	(35,09)
Total do ativo circulante	601.567	10,68	471.597	8,88	27,56
Não circulante					
Contas a receber	267.629	4,75	268.733	5,06	(0,41)
Despesas pagas antecipadamente	12.586	0,22	13.991	0,26	(10,04)
Tributos a recuperar	86.241	1,53	36.339	0,68	137,32
Contas a receber da RFFSA (União)	97.851	1,74	89.860	1,69	8,89
Sinistros a recuperar	2.761	0,05	32.286	0,61	(91,45)
Demais ativos	2.186	0,04	9.390	0,18	(76,72)
Depósitos judiciais	241.083	4,28	239.648	4,51	0,60
Tributos diferidos sobre o lucro	164.856	2,93	215.964	4,07	(23,67)
Imobilizado	929.388	16,50	675.952	12,73	37,49
Intangível	3.227.856	57,29	3.256.817	61,33	(0,89)
Total do ativo não circulante	5.032.437	89,32	4.838.980	91,12	4,00
Total do ativo	5.634.004	100,00	5.310.577	100,00	6,09

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Em milhares de Reais**

	31/12/2018	AV%	31/12/2017	AV%	AH%
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	279.797	4,97	186.624	3,51	49,93
Contas a pagar	72.421	1,29	339.855	6,40	(78,69)
Tributos a recolher	12.725	0,23	17.243	0,32	(26,20)
Tributos a recolher sobre o lucro	25.046	0,44	-	n/a	n/a
Obrigações sociais e trabalhistas	90.045	1,60	91.384	1,72	(1,47)
Arrendamentos e concessão	42.001	0,75	37.880	0,71	10,88
Antecipações de clientes	41.441	0,74	46.947	0,88	(11,73)
Receitas diferidas	2.048	0,04	1.567	0,03	30,70
Demais passivos	2.255	0,04	14.718	0,28	(84,68)
Total do passivo circulante	567.779	10,08	736.218	13,86	(22,88)
Não circulante					
Provisão para processos judiciais	28.447	0,50	55.536	1,05	(48,78)
Benefícios a empregados	2.301	0,04	3.591	0,07	(35,92)
Receitas diferidas	23.824	0,42	23.628	0,44	0,83
Adiantamentos para futuro aumento de capital					412,6
- AFAC	410.000	7,28	79.978	1,51	4
Tributos diferidos sobre o lucro	-	n/a	22.752	0,43	n/a
Total do passivo não circulante	464.572	8,25	185.485	3,49	150,46
Patrimônio líquido					
Capital social	4.638.837	82,34	4.558.859	85,84	1,75
Prejuízos acumulados	(37.184)	(0,66)	(169.985)	(3,20)	(78,13)
Total do patrimônio líquido	4.601.653	81,68	4.388.874	82,64	4,85
Total do passivo e patrimônio líquido	5.634.004	100,00	5.310.577	100,00	6,09

Considerações sobre as principais contas do Ativo**Ativo Circulante**

O valor do ativo circulante da Companhia passou de 471,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 601,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de aproximadamente de 27,5%. Tal variação é justificada principalmente pelo aumento contas a receber, caixa/equivalentes de caixa, tributos.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 99,20% em 31 de dezembro de 2018 e 96,64% em 31 de dezembro de 2017, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	8.556	23.645
Aplicações Financeiras	22.087	49.402
	30.643	73.047

Ativo Não Circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 4,839 bilhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 5,032 bilhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 3,9 % do total do ativo não circulante.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 3,257 bilhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3,228 bilhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 0,89% do total do intangível. Destaca-se

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

os investimentos em material rodante, aquisição de equipamentos e reformas de oficinas no montante de R\$ 324,5 milhões, as transferências de intangível para imobilizado no montante de R\$ 29,7 milhões e as amortizações totais de (R\$ 321 milhões), que contribuíram para uma redução líquida de R\$ 29 milhões nos saldos.

	Direitos de concessão (a)	Softwares	Benfeitorias em bens arrendados (b)	Intangível em andamento (c)	Total
Valor de custo					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	43.168	19.607	4.423.043	471.709	4.957.527
Adições	-	-	-	324.510	324.510
Baixas	-	-	(3.529)	-	(3.529)
Transferências	-	2.280	205.464	(237.218)	(29.474)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	43.168	21.887	4.624.978	559.001	5.249.034
Valor de amortização					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(25.265)	(12.186)	(1.663.259)	-	(1.700.710)
Adições	(2.065)	(2.772)	(316.508)	-	(321.345)
Baixas	-	-	877	-	877
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(27.330)	(14.958)	(1.978.890)	-	(2.021.178)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2018	17.903	7.421	2.759.784	471.709	3.256.817
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2018	15.838	6.929	2.646.088	559.001	3.227.856

Imobilizado

O valor do ativo imobilizado da Companhia passou de R\$ 674,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 929,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de aproximadamente 37,78% e está substancialmente representado por gastos relacionados à construção de oficinas e pátios, manutenção de via permanente, dragagem, aquisição, recuperação, modernização de vagões.

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos, instalações e veículos	Locomotivas e vagões	Via permanente	Imobilizado em andamento (a)	Outros ativos	Total
Valor de custo							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	7.316	135.118	940.706	95.270	1.349	3.695	1.183.454
Adições	-	-	-	-	307.391	-	307.391
Baixas	-	(57)	(7.567)	(1)	-	-	(7.625)
Transferências	7.160	32.876	50.934	3.298	(65.181)	387	29.474
Saldo em 31 de dezembro de	14.476	167.937	984.073	98.567	243.559	4.082	1.512.694

4

Valor de depreciação

Saldo em 1º de janeiro de 2018	(2.047)	(56.824)	(448.591)	-	-	(40)	(507.502)
Adições	(518)	(15.060)	(47.670)	(17.937)	-	(274)	(81.459)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Baixas	-	40	5.615	-	-	-	5.655
Saldo em 31 de dezembro de	(2.565)	(71.844)	(490.646)	(17.937)	-	(314)	(583.306)
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2018	5.269	78.294	492.115	95.270	1.349	3.655	675.952
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2018	11.911	96.093	493.427	80.630	243.559	3.768	929.388

Passivo Circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 763,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 567,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 25,6% do total do passivo circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pela redução de contas a pagar no montante de R\$ 267,4 milhões, devido a redução de exposição na operação de risco sacado e pelo aumento de R\$ 93,2 milhões dos saldos de fornecedores.

Passivo Não Circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 185,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 464,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de aproximadamente 150,4% do total do passivo não circulante. Tal variação está representada principalmente pelo incremento dos adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 330,1 milhões.

Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,389 bilhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4,602 bilhões em 31 de dezembro de 2018, representando aumento de aproximadamente 4,85% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelo resultado apurado ao longo de 2018.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2018	AV%	31/12/2017	AV%	AH%
Receita líquida de serviços prestados	2.413.961	100,00	2.124.532	100,00	13,62
Custo dos serviços prestados	(2.210.215)	(91,56)	(2.024.332)	(95,28)	9,18
Lucro (prejuízo) bruto	203.746	8,44	100.200	4,72	103,34
Receitas (despesas) operacionais	(53.290)	(2,21)	(74.699)	(3,52)	(28,66)
Gerais e administrativas	(84.367)	(3,49)	(67.953)	(3,20)	24,15
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26.555	1,10	(9.293)	(0,44)	(385,75)
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	4.522	0,19	2.547	0,12	77,54
Lucro operacional antes do resultado financeiro	150.456	6,23	25.501	1,20	490,00
Resultado financeiro	50.365	2,09	(10.902)	(0,51)	(561,98)
Receitas financeiras	5.242	0,22	5.770	0,27	(9,15)
Despesas financeiras	(25.634)	(1,06)	(37.586)	(1,77)	(31,80)
Ganhos com variação monetária e cambial	70.757	2,93	20.914	0,98	238,32
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	200.821	8,32	14.599	0,69	1.275,58
Imposto de Renda e Contribuição Social	(68.020)	(2,82)	(7.224)	(0,34)	841,58
Tributos correntes	(39.664)	(1,64)	(1.611)	(0,08)	2.362,07
Tributos diferidos	(28.356)	(1,17)	(5.613)	(0,26)	405,18
	5				
	-		-		
Lucro líquido do exercício	132.801	5,50	7.375	0,35	1.700,69
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	1,19		0,07		

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2018, a receita líquida somou R\$ 2,414 bilhões, representando um aumento de 13,6% sobre o mesmo período de 2017, no valor de R\$ 2,125 bilhão. O crescimento da receita foi devido, principalmente, à receita de serviços acessórios.

Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 2,210 bilhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 9,18% em relação ao mesmo período de 2017, no valor de R\$ 2,024 bilhão. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2018 foram despesas combustíveis, alugueis e os custos de depreciação e amortização.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas com vendas e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 84,4 milhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 24,3% em relação ao mesmo período de 2017, no valor de R\$ 67,9 milhões. A variação é basicamente justificada pelo aumento do compartilhamento de despesas com a VLI S/A e a VLI Multimodal S/A.

Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 26,6 milhões positivos em 31 de dezembro de 2018 o que representou uma redução de, aproximadamente, 113,9% em relação ao mesmo período de 2017, quando totalizou R\$ 9,3 milhões negativos. A variação positiva de R\$ 35,9 milhões tem como principal impacto o registro em 2018 de R\$ 78,6 milhões de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017 e reconhecidos em função de ter a jurisprudência pacificado o entendimento pela inconstitucionalidade da abrangência no imposto estadual no conceito de receita. Em 2017, créditos fiscais provenientes dos pagamentos feitos a maior de PIS e COFINS, durante os períodos de 2011 a 2016, decorrente das entradas fiscais de materiais e insumos necessários a sua atividade preponderante e no montante de R\$ 40,1 milhões.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 25,5 milhões negativos em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 150,5 milhões positivos em 31 de dezembro de 2018. A expressiva variação positiva decorreu principalmente pelo incremento das receitas líquidas na ordem de R\$ 289 milhões, com incremento dos custos somente na ordem de R\$ 186 milhões. Destaca-se também o registro de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017, conforme mencionado acima.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 50,3 milhões positivos contra o resultado positivo em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 10,9 milhões negativos, representando uma redução de 562,4%. Tal variação se deu basicamente pelos ganhos de R\$ 60,6 milhões e oriundos do registro de créditos tributários referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017, conforme mencionado acima.

Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O valor do lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de R\$ 14,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 200,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de aproximadamente 1275,3%. Tal variação se deu em razão da expressiva variação positiva decorreu principalmente pelo incremento das receitas líquidas na ordem de R\$ 289 milhões, com incremento dos custos somente na ordem de R\$ 186 milhões. Destaca-se também o registro de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017, conforme mencionado acima.

6

Lucro Líquido do exercício

Em 2018 a empresa apurou um lucro de R\$ 132,8 milhões em 2018, um aumento de R\$ 125,4 milhões acima do resultado de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	132.801	7.375
Ajustes de		
Depreciação e amortização	402.804	349.334
Provisões / reversões para perdas e processos judiciais	(30.927)	7.910
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial	(70.757)	(20.914)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
(Ganho) perda na alienação de ativo imobilizado e intangível	(4.112)	5.535
Receitas diferidas	(1.727)	(1.567)
Ajuste a valor presente	13.503	16.819
Despesas com benefícios a empregados	(1.290)	1.607
Tributos diferidos sobre o lucro	28.356	5.613
Despesas financeiras - leasing	-	5.645
	470.476	379.182
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber	16.334	(30.851)
Outros ativos financeiros	483	-
Estoques	(68.401)	(14.431)
Tributos a recuperar	(134.604)	4.877
Tributos antecipados sobre o lucro	25.206	-
Contas a receber da RFFSA (União)	-	(294)
Despesas pagas antecipadamente	(150)	1.594
Depósitos judiciais	7.846	31.181
Sinistros a recuperar	29.525	7.641
Demais ativos	23.892	(2.679)
Fornecedores	95.019	(26.821)
Contas a pagar	(280.937)	236.512
Tributos a recolher	(4.606)	364
Tributos a recolher sobre o lucro	25.047	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.339)	44.367
Benefícios a empregados	(7.648)	(36)
Arrendamento e concessões	4.121	(12.179)
Receitas diferidas	2.284	
Antecipações de clientes	(5.506)	(8.693)
Demais passivos	(12.344)	(14.234)
Caixa líquido gerado pelas operações	184.698	595.500
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.935)	(3.561)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	170.763	591.939
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	8.734	5.770
Aquisição de imobilizado e intangível	(631.901)	(535.174)
	(623.167)	(529.404)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	410.000	-
Pagamentos de leasing	-	(38.705)
	410.000	(38.705)
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	(42.404)	23.830
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	73.047	49.217
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.643	73.047

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 2018 a companhia apresentou uma redução de caixa da ordem de R\$ 42,4 milhões em comparação ao ano anterior.

ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2017 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016**DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS****Em milhares de Reais**

	31/12/2017	AV(%)	31/12/2016 (reapresentado)	AV(%)	AH(%)
Ativo					
<i>Circulante</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	73.047	1,38	49.217	0,97	48,4
Contas a receber	202.975	3,82	151.569	2,99	33,9
Outros ativos financeiros	483	0,01	-	-	-
Estoques	77.653	1,46	63.222	1,25	22,8
Tributos a recuperar	38.441	0,72	38.202	0,75	0,6
Tributos antecipados sobre o lucro	11.271	0,21	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	20.725	0,39	22.319	0,44	(7,1)
Sinistros a recuperar	-	-	39.927	0,79	-
Demais ativos	47.002	0,89	28.519	0,56	64,8
	471.597	8,88	392.975	7,74	20,0
<i>Não circulante</i>					
Contas a receber	268.733	5,06	284.676	5,61	(5,6)
Despesas pagas antecipadamente	13.991	0,26	15.816	0,31	(11,5)
Depósitos judiciais	239.648	4,51	253.140	4,99	(5,3)
Tributos a recuperar	36.339	0,68	48.654	0,96	(25,3)
Tributos diferidos sobre lucro	215.964	4,07	213.051	4,20	1,4
Contas a receber da RFFSA (União)	89.860	1,69	87.230	1,72	3,0
Sinistros a recuperar	32.286	0,61	-	-	-
Demais ativos	9.390	0,18	25.194	0,50	(62,7)
Imobilizado	675.952	12,73	598.725	11,79	12,9
Intangível	3.256.817	61,33	3.157.344	62,19	3,2
	4.838.980	91,12	4.683.830	92,26	3,3
Total do ativo	5.310.577	100,00	5.076.805	100,00	4,6
Passivo e patrimônio líquido					
<i>Circulante</i>					
Leasing	-	-	33.059	0,65	-
Fornecedores	186.624	3,51	192.581	3,79	(3,1)
Contas a pagar	339.855	6,40	103.343	2,04	228,9
Tributos a recolher	17.243	0,32	16.590	0,33	3,9
Obrigações sociais e trabalhistas	91.384	1,72	61.243	1,21	49,2
Arrendamentos e concessão	37.880	0,71	50.059	0,99	(24,3)
Antecipações de clientes	46.947	0,88	55.640	1,10	(15,6)
Receitas diferidas	1.567	0,03	1.567	0,03	-
Demais passivos	14.718	0,28	28.952	0,57	(49,2)
	736.218	13,86	543.034	10,70	35,6
<i>Não circulante</i>					
Provisão para processos judiciais	55.536	1,05	45.079	0,89	23,2
Benefícios a empregados	3.591	0,07	2.020	0,04	77,8
Tributos diferidos sobre lucro	22.752	0,43	-	-	-
Receitas diferidas	23.628	0,44	25.195	0,50	(6,2)
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	79.978	1,51	79.978	1,58	-
	185.485	3,49	152.272	3,00	21,8
Patrimônio líquido					
Capital social	4.558.859	85,84	4.558.859	89,80	-
Prejuízos acumulados	(169.985)	(3,20)	(177.360)	(3,49)	(4,2)
	4.388.874	82,64	4.381.499	86,30	0,2
Total do passivo e patrimônio líquido	5.310.577	100,00	5.076.805	100,00	4,6

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**Considerações sobre as principais contas do Ativo****Ativo Circulante**

O valor do ativo circulante da Companhia passou de 392,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 471,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de aproximadamente de 20%. Tal variação é justificada principalmente pelo aumento contas a receber, caixa/equivalentes de caixa, tributos.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 96,64% em 31 de dezembro de 2017 e 65,29% em 31 de dezembro de 2016, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e bancos	23.645	3.707
Aplicações Financeiras	49.402	45.510
	73.047	49.217

Ativo Não Circulante

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 4,684 bilhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 4,839 bilhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 3,3 % do total do ativo não circulante.

Intangível

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 3,157 bilhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3,257 bilhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 3,2% do total do intangível. Esse aumento decorreu dos investimentos realizados em material rodante e aquisição de equipamentos e reformas de oficinas.

					31/12/2017	31/12/2016
	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de amortização	Custo histórico	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direitos de concessão	8,8 anos	11,33%	43.168	(25.265)	17.903	19.951
Softwares adquiridos	5 anos	20,00%	19.607	(12.186)	7.421	8.030
			62.775	(37.451)	25.324	27.981
Benfeitorias em propriedades arrendadas						
Terrenos	25 a 50 anos	4,00%	336	-	336	58
Imóveis						
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	10 anos	10,00%	290.543	(49.095)	241.448	242.907
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	9,00%	14.772	(5.340)	9.432	111.235
Veículos	5 anos	20,00%	12.880	(5.273)	7.607	17.892
Bens administrativos/auxiliares	5 anos	20,00%	14	(14)	-	788
Equipamentos e aplicativos de informática	10 anos	10,00%	6.066	(2.210)	3.856	5.299
	5 anos	20,00%	39	(21)	18	126
	12 a 25 anos					
Locomotivas		7,88%	157.594	(131.327)	26.267	160.180
Vagões	30 anos	3,33%	298.446	(57.802)	240.644	150.525
Via permanente	8,8 anos	11,33%	3.626.331	(1.411.268)	2.215.063	2.003.241
Outros ativos	10 anos	10,00%	16.022	(909)	15.113	245
			4.423.043	(1.663.259)	2.759.784	2.692.496
Benfeitorias em curso			471.709	-	471.709	436.867
			4.957.527	(1.700.710)	3.256.817	3.157.344

Imobilizado

O valor do ativo imobilizado da Companhia passou de R\$ 598,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 675,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de aproximadamente 12,9%. Esse aumento foi decorrente de investimentos em equipamentos.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

					31/12/2017	31/12/2016
Bens em operação	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	(reapresentado) Líquido
Imóveis	25 a 50 anos	3,99%	7.316	(2.047)	5.269	17.256
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	10 a 20 anos	9,52%	4.362	(1.358)	3.004	3.147
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	11,45%	97.514	(36.455)	61.059	111.194
Veículos	5 anos	20%	14.257	(11.029)	3.228	2.844
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	17.076	(6.641)	10.435	9.888
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	1.909	(1.341)	568	711
	12 a 25 anos					
Locomotivas	anos	6,76%	648.462	(304.320)	344.142	290.719
Vagões	33,3 anos	3,33%	292.244	(144.271)	147.973	151.004
Via permanente	19,08 anos	10,00%	95.270	-	95.270	8.636
Outros Ativos	10 anos	10,00%	3.695	(40)	3.655	-
			1.182.105	(507.502)	674.603	595.399
Benfeitorias em curso			1.349	-	1.349	3.326
			1.349	-	1.349	3.326
			1.183.454	(507.502)	675.952	598.725

Passivo Circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 543 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 736,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento 35,6% do total do passivo circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pelo aumento de contas a pagar, devido a: até 31 de dezembro de 2017, as aquisições totalizavam R\$ 339,8 milhões, sendo R\$ 310,7 milhões com prazo entre 270 e 360 dias que foram cedidas por nossos fornecedores (junto às instituições financeiras) com taxas entre 0,99% a.m. e 0,68% a.m., sendo o último vencimento a pagar em 11/09/2018. As demais aquisições totalizavam R\$ 29,1 milhões com prazo médio de pagamento de 90 dias (em 2016 a Companhia possuía apenas aquisições com prazo de 90 dias, no montante de R\$ 103,3 milhões).

Passivo Não Circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 152,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 185,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de aproximadamente de 21,8% do total do passivo não circulante. Tal variação está representada principalmente pela provisão para processos judiciais e tributos diferidos sobre o lucro.

Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,409 bilhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 4,389 bilhões em 31 de dezembro de 2017, representando redução de aproximadamente 0,2% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelo resultado apurado ao longo de 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2017	AV%	31/12/2016 (reapresentado)	AV%	AH%
Receita líquida de serviços prestados	2.124.532	n/a	1.667.362	n/a	27,4
Custo dos serviços prestados	(2.024.332)	(95,28)	(1.708.954)	(102,49)	18,5
Lucro (prejuízo) bruto	100.200	4,72	(41.592)	(2,49)	(340,9)
Receitas (despesas) operacionais					
Gerais e administrativas	(67.953)	(3,20)	(56.703)	(3,40)	19,9
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(9.293)	(0,44)	48.578	2,91	(113,9)
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	2.547	0,12	-	n/a	n/a
	(74.699)	(3,52)	(8.125)	(0,49)	819,4
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	25.501	1,20	(49.717)	(2,98)	(151,3)
Resultado financeiro	(10.902)	(0,51)	16.167	0,97	(167,4)
Despesas financeiras	(37.586)	(1,77)	(22.500)	(1,35)	67,1
Receitas financeiras	5.770	0,27	9.492	0,57	(39,2)
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial	20.914	0,98	29.175	1,75	(28,3)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	14.599	0,69	(33.550)	(2,01)	(143,5)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(7.224)	(0,34)	7.936	0,48	(191,0)
Tributos correntes	(1.611)	(0,08)	-	0,00	(100,0)
Tributos diferidos	(5.613)	(0,26)	7.936	0,48	(170,7)
Lucro (prejuízo) do exercício	7.375	0,35	(25.614)	(1,54)	(128,8)
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído atribuído aos acionistas (expresso em R\$ por lote de ações – 2017 e R\$ por lote de milhões de ações – 2016)	0,07		(0,12)		

Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2017, a receita líquida somou R\$ 2,125 bilhões, representando um aumento de 27,4% sobre o mesmo período de 2016, no valor de R\$ 1,667 bilhão. O crescimento da receita foi devido, principalmente, à receita de serviços acessórios.

Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$ 2,024 bilhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 18,5% em relação ao mesmo período de 2016, no valor de R\$ 1,709 bilhão. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2017 foram despesas com pessoal, material, partilha de frete e alugueis.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas com vendas e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$ 67,9 milhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 19,8% em relação ao mesmo período de 2016, no valor de R\$ 56,7 milhões. A variação é basicamente justificada pelo aumento do compartilhamento de despesas com a VLI S/A e a VLI Multimodal S/A.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais***Outras receitas (despesas) operacionais líquidas***

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 9,3 milhões negativos em 31 de dezembro de 2017 o que representou uma redução de, aproximadamente, 1191,1% em relação ao mesmo período de 2016, quando totalizou R\$ 48,6 milhões positivos. O principal impacto é justificado com base nas multas contratuais e processos judiciais.

Resultado operacional

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 49,7 milhões negativos em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 25,5 milhões positivos em 31 de dezembro de 2017. A expressiva variação positiva decorreu principalmente pelo aumento da receita líquida conforme evidenciado acima.

Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 10,9 milhões negativos contra o resultado positivo em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 16,2 milhões, representando uma redução de 167,4%. Tal variação se deu basicamente, em razão do aumento das despesas financeiras com o ajuste a valor presente.

Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social

O valor do lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de um prejuízo de R\$ 33,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para um lucro de R\$ 14,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de aproximadamente 143,5%. Tal variação se deu em razão do aumento da receita líquida do período.

Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício

Em 2017 a empresa apurou um lucro de R\$ 7,4 milhões em 2017, um aumento de R\$ 33 milhões acima do resultado de 2016.

FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**Em milhares de Reais**

		<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			(reapresentado)
Lucro (prejuízo) do exercício		7.375	(25.614)
Ajustes:			
Depreciação e amortização		349.334	296.141
Provisões para perdas e processos judiciais		7.910	(22.926)
Despesas (receitas) com variação monetária/cambial		(20.914)	(29.176)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente		1.825	1.825
(Ganho) na alienação de ativo imobilizado e intangível		5.535	13.872
Receitas diferidas		(1.567)	(1.567)
Ajuste a valor presente		16.819	(6.841)
Despesas com benefícios a empregados		1.607	601
Tributos diferidos sobre lucro		5.613	(7.936)
Despesas financeiras – Leasing		5.645	3.754
		379.182	222.133
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber	12	(30.851)	132.225
Estoques		(14.431)	(2.417)
Tributos a recuperar		4.877	40.207
Contas a receber da RFFSA (União)		(294)	877
Despesas pagas antecipadamente		1.594	7.621

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Depósitos judiciais	31.181	(20.238)
Sinistros a recuperar	7.641	2.128
Demais ativos	(2.679)	(4.724)
Fornecedores	(26.821)	73.950
Contas a pagar	236.512	97.848
Tributos a recolher	364	(5.067)
Obrigações sociais e trabalhistas	44.367	(31.640)
Benefícios a empregados	(36)	157
Arrendamento e concessões	(12.179)	4.934
Antecipações de clientes	(8.693)	55.640
Demais passivos	(14.234)	(15.262)
Caixa líquido gerado pelas operações	595.500	558.372
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.561)	(2.680)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	591.939	555.692
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Recebimento pela venda de imobilizado	5.770	11.712
Compra de ativo imobilizado e intangível	(535.174)	(634.756)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(529.404)	(623.044)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	119.978
Pagamentos de leasing	(38.705)	(43.612)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento	(38.705)	76.366
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	23.830	9.014
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	49.217	40.203
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	73.047	49.217

Em 2017 a companhia apresentou um aumento de caixa da ordem de R\$ 23,8 milhões em comparação ao ano anterior.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2 - Resultado operacional e financeiro*****a. Resultados das operações da Companhia, em especial:******i) Descrição de quaisquer componentes importantes na receita***

A receita bruta da Companhia passou de R\$ 2,439 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2,733 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representa um aumento de 12,0% em comparação a 2017.

As receitas da Companhia advêm principalmente do transporte ferroviário de grãos agrícolas e produtos industrializados. Assim, os componentes da receita da Companhia estão diretamente relacionados com o volume de carga transportada e o preço médio contratado. Além dos grãos agrícolas e produtos industrializados, pela malha da Companhia são também movimentadas mercadorias diversas, tais como produtos siderúrgicos, calcário e insumos da indústria siderúrgica, a maioria em regime de direito de passagem e tráfego mútuo.

Em 2018, a receita líquida da FCA aumentou 13,6% sobre o exercício anterior. O principal fator de sustentação desse crescimento foi o aumento de exportação da safra de soja .

Agricultura

O segmento de Agricultura tem como principais produtos transportados a soja, milho, açúcar. A receita acumulado do segmento foi de R\$ 1,6 bilhão, resultando no crescimento de 15,0 % quando comparado a 2017 para 18 bilhões de TKU.

Industrializados

O transporte de industrializados teve um crescimento concentrado em combustíveis e produtos siderúrgicos, apesar de se manter nos patamares do ano anterior.. O Segmento finalizou o ano com 4,6 bilhões de TKU transportados A receita total desse segmento em 2018 foi de R\$ 485 milhões.

Siderurgia e Construção

O segmento de Siderurgia e Construção apresentou uma queda de 18 % em 2018, alcançando 1,5 bilhões de TKU. A queda percebida foi no transporte de insumos para Siderurgia (minério) e produtos siderúrgicos (aço). A receita desse segmento totalizou R\$ 154 Milhões em 2018. Destacam-se como principais produtos o Minério, Calcário, Ferro Gusa, Cimento, Coque e Aço.

Investimentos

Em 2018, a FCA investiu o valor total de R\$ 571,2 milhões, 10% superior ao ano de 2017. Os recursos foram alocados na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança.

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os resultados operacionais da Companhia são afetados, principalmente, pelos custos associados às suas atividades, conforme mencionados no item 10.1(h). A administração da Companhia vem implementando ações visando à melhoria da margem operacional, compreendendo reduções de custos e melhoria de sua eficiência operacional, conforme evidenciado no item 10.1(h).

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Em 2018, a receita líquida aumentou 13,6% sobre o exercício anterior, principalmente em razão do aumento da receita de transporte ferroviário.

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante.

Os combustíveis são o principal insumo da Companhia, sendo que, em 2018, as despesas com combustíveis representaram aproximadamente 27,5% dos seus custos operacionais ante 25,8% em 2017. O aumento das despesas de combustíveis justifica-se pelo índice inflacionário do diesel quando comparado com 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

c. Eventos ou operações não usuais

(i) REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais

Com o advento da Lei 12.865/13 de 9 de outubro de 2013 § 7º, os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 a FCA possuía registrado R\$ 484 milhões a título de créditos fiscais oriundos de prejuízos fiscais de imposto de renda e de base negativa da contribuição social. A Vale S.A. ("Vale"), a época detentora indireta do controle via participação em ações emitidas pela FCA, decidiu, se beneficiar do benefício supracitado e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013 a Vale e a FCA celebraram um contrato de cessão de créditos fiscais com validade de 25 anos, no montante nominal de R\$ 484 milhões, ajustando ao valor presente a operação com uma taxa de desconto de 7,8%. A Vale pagou à FCA a primeira parcela à vista (correspondente à 25% do montante - cerca de R\$ 121 milhões) e as demais parcelas serão realizadas com base no montante anual, equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faça jus, à medida em que esta apurar lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos.

Em função da apuração de lucros tributários nos exercícios de 2015 e 2017 e de acordo com o que estabelece o contrato de cessão de créditos fiscais, a Vale pagou respectivamente em abril de 2016 e dezembro de 2017, os montantes de R\$ 3 milhões e R\$ 17 milhões.

Em dezembro de 2018 a Vale pagou o montante de R\$ 6,2 milhões, restando montante a receber de R\$ 250.618 (2017 - R\$ 254.890).

(ii) Registro créditos de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a FCA registrou R\$ 139,2 milhões de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017. Os mesmos foram reconhecidos em função de ter o Supremo Tribunal Federal, no RE nº 574.706, em sede de repercussão geral, pacificado o entendimento pela inconstitucionalidade da abrangência no imposto estadual no conceito de receita.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor****a. Mudanças significativas nas práticas contábeis****Alterações adotadas pela Companhia**

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes" (vide "i") e o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros (vide "ii") a partir de 1º de janeiro de 2018. As demais alterações não tiveram impactos materiais para a Companhia.

i. CPC 47 / IFRS 15 - "Receita de contrato com cliente"

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 / IAS 18 - "Receitas", o CPC 17 / IAS 11 - "Contratos de Construção" e interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18, CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas.

A Companhia não identificou impacto da transição para o CPC 47 / IFRS 15 sobre lucros acumulados e outros resultados abrangentes em 1º de janeiro de 2018.

ii. CPC 48 / IFRS 9 - "Instrumentos financeiros"

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração".

Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativo. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo.

	<u>Classificação original - CPC 38 / IFRS 9</u>	<u>Nova classificação - CPC 48 / IFRS 9</u>	<u>Saldo em 31/12/2017 (inalterado)</u>
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	73.047
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	561.568
Demais ativos e sinistros a recuperar	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	88.678
Outros ativos financeiros	Valor justo	Valor justo	483
			<hr/>

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

			723.776
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	186.624
Contas a pagar	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	339.855
Arrendamentos e concessão	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	37.880
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	79.978
			644.337

Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substitui o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

Mensuração de perdas de crédito esperadas

A Companhia mensura a perda de crédito esperada de modo que reflita entre outras as condições atuais e previsões de condições econômica futuras. Desse modo, através da análise histórica que considera agrupamentos apropriados de acordo com a experiência de perda de crédito histórica, calcula-se o fator de probabilidade de perda que é ajustado por coeficiente de sensibilização futura atrelado a indicadores macroeconômicos. Os fatores ponderados pelo coeficiente de expectativa futura são alocados por faixa de vencimento dos recebimentos vencidos e a vencer que variam de 30 a 150 dias na data-base de divulgação das demonstrações financeiras.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não houve efeitos significativos por não ter ocorrido mudanças significativas de práticas contábeis.

c. Ênfases presentes no parecer do auditor**Efeitos da resolução 4.131 - ANTT**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), por meio da resolução 4.131 de 3 de julho de 2013, alterada pelas resoluções 4.160, 4.750 e 5.101 e da Deliberação 29, de 21 de janeiro de 2016, definiu as diretrizes de contabilização decorrente da desativação e devolução de trechos “antieconômicos” que compõem a malha ferroviária sob a concessão da Companhia. De acordo com a referida deliberação, parte das possíveis mutações patrimoniais relacionada à transferência de propriedade do bem dado em pagamento em decorrência deste assunto, somente terá sua cessão permitida após elaboração de instrumentos jurídicos, que não ocorreram até a conclusão dos nossos trabalhos. Os efeitos desse assunto sobre as demonstrações financeiras ocorrerão quando da aprovação dos projetos e dos respectivos cronogramas pelo Poder Concedente. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

Transações relevantes com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que parte relevante das operações de vendas de serviços são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases***d. Ressalvas no parecer do auditor***

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 apresenta na rubrica de impostos a recuperar, no ativo circulante e não circulante, os montantes de R\$ 182.321 mil e R\$ 86.241 mil, dos quais R\$ 70.228 mil e R\$ 69.029 mil, respectivamente, referem-se a crédito reconhecido em 2018 em função de ação judicial para exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS pagos pela Companhia no período de 2002 a 2017. De acordo com CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37), um ativo somente pode ser reconhecido nas demonstrações financeiras, quando for praticamente certo que ocorrerá a entrada de benefícios econômicos. Considerando que a Companhia registrou demanda baseada apenas no Recurso Extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal - STF em 2017, sem decisão transitada em julgado, o critério para o reconhecimento contábil desse ativo não é atendido. Consequentemente, os ativos circulantes e não circulantes em 31 de dezembro de 2018 estão apresentados a maior em R\$ 70.228 mil e R\$ 69.029 mil, respectivamente, o passivo circulante a maior em R\$ 51.049 mil, o lucro líquido do exercício e patrimônio líquido a maior em R\$ 88.208 mil, respectivamente, líquido dos efeitos tributários.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

(a) Estimativas e premissas contábeis críticas

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

(i) Redução do valor recuperável de ativos

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".

(ii) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

(iii) Provisão para processos judiciais

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

(iv) Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos diferidos sobre o lucro, ativos e passivos requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

(v) Benefícios de planos de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita)

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia

Concessão

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12/ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 16/CPC 27 - "Ativo Imobilizado", IAS17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e a Orientação OCPC 05 - "Contratos de Concessão".

Os contratos de concessão serão extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- (i) Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- (ii) Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito à avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

A aplicação das orientações do ICPC 01 e da OCPC 05 requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- (i) Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- (ii) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- (iii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price-cap*" é raramente atingido.
- (iv) Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União (extinta RFFSA) são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensal, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- (v) Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, da concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs**10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras*****a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)***

A Companhia não detinha ativos e passivos, direta ou indiretamente, que não apareciam no seu balanço patrimonial nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, não havia itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Vide item 10.6, acima.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8 - Plano de negócios

a. Investimentos

i.) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.

Em 2018, a FCA investiu o valor total de R\$ 571,2 milhões, 10% superior ao ano de 2017. Os recursos foram alocados na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança.

Em 2019, com base nas premissas orçamentárias da Companhia, serão investidos, aproximadamente, R\$ 122 milhões (capital), R\$ 538 milhões (corrente) os quais serão aplicados na manutenção e melhorias da via permanente, na modernização de locomotivas e vagões, na construção e ampliação de pátios de cruzamento de trens e na manutenção e melhoria de oficinas e postos de abastecimento além de investimentos em meio ambiente e Saúde e Segurança.

ii.) Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento dos investimentos provêm, principalmente, da geração de caixa operacional da Companhia e de aportes das controladoras.

iii.) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em 31 de dezembro de 2018, não havia desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

A Companhia não divulgou, até a presente data, a aquisição de novos ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva, com exceção das estimativas de investimentos futuros descritas no item 10.10 (a) acima.

c. Novos produtos e serviços

i.) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não há, até a data desta Proposta de Administração, pesquisas em andamento já divulgadas.

ii.) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2018 o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 6,3 milhões, frente aos R\$ 4,7 milhões gasto em 2017

iii.) projetos em desenvolvimento já divulgados

Para 2018 estão previstos R\$ 6,48 milhões de investimentos em Pesquisa e desenvolvimento.

iv.) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2018 o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 6,3 milhões, frente aos R\$ 4,7 milhões gasto em 2017.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9 - Outros fatores com influência relevante

Em 31 de dezembro de 2018, não havia outros fatores que influenciassem de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.